

Ji-Paraná - RO, 30 de junho de 2022.

Ao Banco Central do Brasil

Carta de Apresentação.

Com o objetivo de atender o que determina a IN BCB nº 54 de 7 de dezembro de 2020, que trata da remessa eletrônica de demonstrações financeiras a Cooperufpa CECMSPFE e das EECSRF no Estado do Pará apresenta por meio desta carta os seguintes documentos contidos na demonstração financeira relativa ao período de 30 de junho de 2022

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do resultado;
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Notas explicativas.

A administração desta cooperativa se responsabiliza pelas informações contidas na demonstração financeira.

Cooperufpa CECMSPFE e das EECSRF no Estado do Pará

CNPJ 83.325.811/0001-90

RAQUEL HELENA  
DE SOUZA  
FERREIRA:2284899  
1291

Assinado de forma digital  
por RAQUEL HELENA DE  
SOUZA  
FERREIRA:22848991291  
Dados: 2022.09.12 11:29:28  
-03'00'

---

**Raquel Helena de Souza Ferreira**

**Diretora Presidente**

**CPF: 228.489.912-91**

---

**Rodrigo Cassiano dos Santos**

**Contador**

**CPF: 851.693.312-15**

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos  
Federais e Estaduais e das Entidades de Ensino com seus Respetivos  
Funcionários no Estado do Pará – COOPERUFPA**

**Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022**

**COOPERUFPA – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais e Estaduais e das Entidades de Ensino com seus Respective Funcionários no Estado do Pará**

**Demonstrações financeiras de 30 de junho de 2022.**

**Sumário**

<b>Balancos patrimoniais.....</b>	<b>4</b>
<b>Demonstrações do resultado .....</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente .....</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa .....</b>	<b>8</b>
1 Contexto operacional.....	9
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis .	10
3 Caixa e Equivalentes de Caixa .....	13
4 Relações Interfinanceiras de Liquidez.....	13
5 Operações de Crédito .....	14
6 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito .....	15
7 Outros Créditos .....	16
8 Investimentos.....	16
9 Imobilizado de uso e intangível.....	17
10 Depósitos .....	17
11 Outros Passivos .....	18
12 Passivos Contingentes.....	18
13 Patrimônio Líquido.....	18
14 Ingressos de Prestação de Serviços .....	19
15 Outros Ingressos Operacionais .....	19
16 Dispêndios administrativos.....	19
17 Dispêndios de pessoal e honorários .....	20
18 Partes Relacionadas .....	20
19 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de Riscos .....	20

## COOPERUFPA – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais e Estaduais e das Entidades de Ensino com seus Respective Funcionários no Estado do Pará

### Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro 2021

Em reais

	Nota	30/06/2022	31/12/2021		Nota	30/06/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>26.193.814</b>	<b>26.028.787</b>	<b>Circulante</b>		<b>5.467.607</b>	<b>5.699.943</b>
Disponibilidades	3	161.433	479.298	Depósitos e demais instrumentos financeiros			
Relações interfinanceiras	4	18.083.347	18.940.732	Depósitos	10	1.551.702	1.747.498
Operações de crédito	5	7.528.698	6.718.983	Outros passivos	11	3.915.905	3.952.445
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(809.835)	(1.073.799)				
Outros créditos	7	1.205.021	955.215				
Outros valores e bens		25.150	8.358				
<b>Não circulante</b>		<b>11.152.885</b>	<b>9.468.997</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	13	<b>31.879.092</b>	<b>29.797.841</b>
Realizável a longo prazo				Capital social		20.310.683	19.747.294
Operações de crédito	5	9.338.522	7.678.695	Reserva de sobras		10.028.764	8.876.074
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(883.277)	(1.050.583)	Sobras Acumuladas		1.539.645	1.174.473
Investimentos	8	1.166.191	1.117.813				
Imobilizado de uso	9	2.867.398	2.856.134				
Intangível	9	4.935	4.935				
(-) Depreciações e amortizações	9	(1.340.884)	(1.137.997)				
<b>Total do ativo</b>		<b>37.346.699</b>	<b>35.497.784</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>37.346.699</b>	<b>35.497.784</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COOPERUFPA – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais e Estaduais e das Entidades de Ensino com seus Respective Funcionários no Estado do Pará**

**Demonstrações do resultado**

Semestres findos em 30 de junho

Em reais

	<b>Nota</b>	<b>30/06/2022</b>	<b>30/06/2021</b>
<b>Ingressos da intermediação financeira</b>		<b>2.622.376</b>	<b>1.694.778</b>
Operações de crédito	5	1.676.059	1.454.758
Ingressos de depósitos intercooperativos	4	946.317	240.020
<b>Dispêndios da intermediação financeira</b>		<b>(207.512)</b>	<b>(234.569)</b>
Operações de captação no mercado	10	(68.155)	(20.435)
Provisão para perdas em operações de crédito	6	(139.357)	(214.134)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>2.414.864</b>	<b>1.460.209</b>
<b>Outros (dispêndios) ingressos operacionais</b>		<b>1.807.468</b>	<b>2.509.570</b>
Ingressos de prestação de serviços	14	1.397.174	2.086.313
Outros ingressos operacionais	15	410.294	423.257
<b>Outros (dispêndios) ingressos operacionais</b>		<b>(2.538.086)</b>	<b>(2.510.325)</b>
Dispêndios administrativos	16	(823.854)	(928.500)
Dispêndios de pessoal e honorários	17	(1.503.077)	(1.370.369)
Dispêndios de depreciação e amortização		(202.887)	(199.110)
Outros dispêndios operacionais		(8.268)	(12.346)
<b>Resultado operacional</b>		<b>1.684.246</b>	<b>1.459.454</b>
Resultado não operacional		-	-
<b>Resultado antes da tributação</b>		<b>1.684.246</b>	<b>1.459.454</b>
Imposto de renda e contribuição social		(144.601)	(131.319)
<b>Sobra líquida dos semestres</b>		<b>1.539.645</b>	<b>1.328.135</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COOPERUFPA – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais e Estaduais e das Entidades de Ensino com seus Respective Funcionários no Estado do Pará**

**Demonstrações do resultado abrangente**

Semestres findos em 30 de junho

Em reais

	30/06/2022	30/06/2021
<b>Sobra líquida dos semestres</b>	<b>1.539.645</b>	<b>1.328.135</b>
Outros Resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado Abrangente dos semestres</b>	<b>1.539.645</b>	<b>1.328.135</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COOPERUFPA – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais e Estaduais e das Entidades de Ensino com seus Respective Funcionários no Estado do Pará**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Semestres findos em 30 de junho  
 Em reais

	<u>Capital integralizado</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva para contingências</u>	<u>Sobras acumuladas</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>19.102.253</b>	<b>7.710.120</b>	-	<b>830.391</b>	<b>27.642.764</b>
Integralização/subscrição de capital	902.120				902.120
Integralizações por meio de distribuição					-
Decremento de capital subscrito	(926.956)				(926.956)
Sobra líquida do exercício				1.328.135	1.328.135
Destinação da reserva de contingências			830.391	(830.391)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>	<b>19.077.417</b>	<b>7.710.120</b>	<b>830.391</b>	<b>1.328.135</b>	<b>28.946.063</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>19.747.294</b>	<b>8.045.683</b>	<b>830.391</b>	<b>1.174.473</b>	<b>29.797.841</b>
Integralização/subscrição	842.556				842.556
Decremento de capital subscrito	(279.167)				(279.167)
Utilização da reserva			(21.783)		(21.783)
Sobra líquida do exercício				1.539.645	1.539.645
Destinação da reserva de contingências			1.174.473	(1.174.473)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2022</b>	<b>20.310.683</b>	<b>8.045.683</b>	<b>1.983.081</b>	<b>1.539.645</b>	<b>31.879.092</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COOPERUFPA – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais e Estaduais e das Entidades de Ensino com seus Respectivos Funcionários no Estado do Pará**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

Semestres findos em 30 de junho

Em reais

	<b>30/06/2022</b>	<b>31/06/2021</b>
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(1.657.214)</b>	<b>328.682</b>
Sobra ajustada dos semestres	1.881.889	1.741.379
Sobra líquida dos semestres	1.539.645	1.328.135
Provisão para perdas em operações de crédito	139.357	214.134
Depreciações e amortizações	202.887	199.110
Redução (aumento) nos ativos	<b>(3.306.767)</b>	<b>(831.848)</b>
Operações de crédito	(3.040.169)	(444.070)
Outros Ativos	(266.598)	(387.778)
Aumento (redução) nos passivos	<b>(232.336)</b>	<b>(580.849)</b>
Depósitos	(195.796)	111.606
Outros passivos	(36.540)	(692.455)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(59.642)</b>	<b>(70.197)</b>
Aumento de investimentos	(48.378)	(48.474)
Aquisições de imobilizado de uso	(11.264)	(21.723)
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>541.606</b>	<b>(24.836)</b>
Integralização/subscrição de capital	842.556	902.120
Devoluções de capital	(279.167)	(926.956)
Utilização da reserva	(21.783)	-
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.175.250)</b>	<b>233.649</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres	19.420.030	19.577.662
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres</b>	<b>18.244.780</b>	<b>19.811.311</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **COOPERUFPA – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais e Estaduais e das Entidades de Ensino com seus Respective Funcionários no Estado do Pará**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em reais

#### **1 Contexto operacional**

A COOPERUFPA – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais e Estaduais e das Entidades de Ensino com seus Respective Funcionários no Estado do Pará (“Cooperativa”), fundada em 4 de novembro de 1992, é uma instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos.

A Cooperativa está sediada em Belém PA e tem sua área de ação nos municípios de Belém, Barcarena, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará. Além dos Municípios que possuem dependências das Instituições Federais e Estaduais de Ensino no Estado do Pará, a saber: UFPA – Abaetetuba, Altamira, Bragança, Capanema, Castanhal, Cametá, Marabá, Tucuruí e Bom Jesus do Tocantins; UFRA – Igarapé-Açú, Capitão Poço, Parauapebas e Paragominas; UFOPA – Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Santarém, Óbidos e Oriximiná; IFPA – Breves, Conceição do Araguaia e Vigia; e UEPA - São Miguel do Guamá, Moju, Redenção e Salvaterra.

Tem por objetivo o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito, prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus cooperados, com empréstimos e em convênios diversos, além da formação educacional de seus cooperados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.434/2015, de 5 de agosto de 2015, do Banco Central do Brasil (BACEN). É filiada à CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

No país o surto da pandemia de COVID-19 e as medidas adotadas por governos em países em todo o mundo para mitigar a propagação da pandemia, impactaram significativamente os negócios. O Sistema CREDISIS, preocupado também com a saúde financeira de seus cooperados e visando amenizar o momento delicado da pandemia e no intuito de minimizar os impactos da crise e para ajudar os cooperados passou a ofertar, linhas de crédito específicas com taxas reduzidas como “Ajuda Covid, Empréstimos Covid, Parcelamento Fatura Cartão de Crédito/Pandemia, Crediampe”, ofertar aos Cooperados a possibilidade de renegociar seus contratos vencidos e opção de prorrogação de parcelas em até 90 (noventa) dias com a linha de crédito Renegociação-COVID. Com essas novas linhas de crédito, houve uma oportunidade de a cooperativa a ampliar seu quadro social, captando novos cooperados e oferecendo produtos e serviços mais vantajosos que em instituições financeiras bancárias.

Salientamos que o percentual de atingimento segmentado por pessoa física e pessoa jurídica com as linhas destinadas a ajuda covid foi de 77% para PF e 23% para PJ e que o volume em nossa carteira de crédito foi de mais de R\$ 459 milhões.

O Impacto mais relevante que “sofremos” foi o aumento exponencial dos recursos centralizados, que apresenta aspectos positivos, pela alta disponibilidade de recursos e aspectos negativos, por terem maior predominância no depósito à vista, que é um recurso volátil.

Nas cooperativas do Sistema CrediSIS, os colaboradores de grupo de riscos tiveram revezamento e alteração no regime de trabalho para home office, além das ações de distanciamento social, uso de máscara, álcool em gel e sanitização frequente dos ambientes de trabalho.

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

## 2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento, quais sejam:

- CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008;
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/2008;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/2009;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011;
- CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/2011;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/2015; e
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019.

Em 30 de maio de 2019, o BACEN tornou público a Resolução CMN nº 4.720/2019, que dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020. Em virtude das disposições previstas na resolução, a Cooperativa passou a divulgar as Demonstrações do Resultado Abrangente em suas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2020.

Em 4 de setembro de 2019, o BACEN emitiu a Circular BCB nº 3.959/2019, que estabelece os procedimentos para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020. Esta circular detalha os agrupamentos de contas e critérios contábeis que devem ser adotados para as divulgações das demonstrações financeiras. Portanto, o Balanço Patrimonial ao final do período corrente foi comparado ao Balanço Patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações foram comparadas aos mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas.

As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

## **b Descrição das principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **b.1 Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

### **b.2 Estimativas contábeis**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

### **b.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

### **b.4 Instrumentos financeiros**

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

### **b.5 Operações de crédito**

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

### **b.6 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

#### **b.7 Investimentos**

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição.

#### **b.8 Imobilizado de uso**

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

#### **b.9 Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

#### **b.10 Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment).

#### **b.11 Depósitos**

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

#### **b.12 Relações interfinanceiras - passivo**

São atualizadas pelos encargos contratados incorridos até a data do balanço.

#### **b.13 Provisões**

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

#### **b.14 Demais ativos e passivos**

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

#### **b.15 Ativos e passivos contingentes**

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma

previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

#### **b.16 Segregação do circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas.

#### **b.17 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

#### **b.18 Demonstração dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.

### **3 Caixa e Equivalentes de Caixa**

As disponibilidades e as relações interfinanceiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa.

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Disponibilidades	161.433	479.298
Relações interfinanceiras	18.083.347	18.940.732
	<b>18.244.780</b>	<b>19.420.030</b>

### **4 Relações Interfinanceiras de Liquidez**

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Centralização financeira (i)	18.083.347	18.940.732
	<b>18.083.347</b>	<b>18.940.732</b>

- (i) Refere-se aos depósitos efetuados na centralização financeira da CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. determinado no artigo 24 da Resolução CMN nº 4.434/2015. Possui remuneração de 70% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações com cumprimento da reserva de liquidez, e as aplicações excedentes são remuneradas com 98% do CDI. Em 30 de junho de 2022, foram registrados R\$ 946.317 (R\$ 240.020 em 30 de junho de 2021) no resultado os rendimentos em ingressos de depósitos intercooperativos.

## 5 Operações de Crédito

### a. Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não		Circulante	Não	
		circulante	Total		circulante	Total
Empréstimos e financiamentos	7.528.698	9.338.522	16.867.220	6.718.983	7.678.695	14.397.678
	<b>7.528.698</b>	<b>9.338.522</b>	<b>16.867.220</b>	<b>6.718.983</b>	<b>7.678.695</b>	<b>14.397.678</b>

Foi registrado no resultado do primeiro semestre de 2022, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendimentos no montante de R\$ 1.676.059 (R\$ 1.454.758 em 2021).

### b. Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	30/06/2022			31/12/2021		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
A	0,5	-	5.348.958	5.348.958	-	4.040.714	4.040.714
B	1,0	11.886	2.686.845	2.698.731	5.487	774.367	779.854
C	3,0	194.210	5.143.363	5.337.573	26.212	5.257.808	5.284.020
D	10,0	210.052	649.808	859.860	12.712	1.012.757	1.025.469
E	30,0	592.144	722.411	1.314.555	26.322	1.389.398	1.415.720
F	50,0	71.941	416.582	488.523	15.185	513.226	528.411
G	70,0	50.033	164.587	214.620	44.086	546.258	590.344
H	100,0	157.429	446.971	604.400	94.251	638.895	733.146
		<b>1.287.695</b>	<b>15.579.525</b>	<b>16.867.220</b>	<b>224.255</b>	<b>14.173.423</b>	<b>14.397.678</b>

**c. Composição do não circulante por ano de vencimento**

<b>Ano</b>	<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
2023	2.406.134	3.579.239
2024	3.330.533	2.076.453
2025	2.013.488	1.282.144
2026 a 2030	1.588.367	740.859
	<b>9.338.522</b>	<b>7.678.695</b>

**d. Créditos baixados como prejuízo**

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 30 de junho de 2022, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 4.585.016 (R\$ 4.289.372 em 30 de junho 2021). Em 30 de junho de 2022, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 89.428 (R\$ 404.847 em 30 de junho 2021), registrados em outros ingressos operacionais (nota 15).

**6 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

**a. Composição por tipo de Operação**

<b>Descrição</b>	<b>30/06/2022</b>			<b>31/12/2021</b>		
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>
<b>Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>						
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(809.835)	(883.277)	(1.693.112)	(1.073.799)	(1.050.583)	(2.124.382)
	<b>(809.835)</b>	<b>(883.277)</b>	<b>(1.693.112)</b>	<b>(1.073.799)</b>	<b>(1.050.583)</b>	<b>(2.124.382)</b>

**b. Movimentação das provisões esperadas associadas ao risco de crédito**

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Saldo inicial</b>	<b><u>(2.124.382)</u></b>	<b><u>(1.872.006)</u></b>
Créditos baixados para prejuízo	250.892	461.465
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(139.357)	(713.841)
Reversão de provisão para operações de crédito	<u>319.735</u>	<u>-</u>
<b>Saldo final</b>	<b><u>(1.693.112)</u></b>	<b><u>(2.124.382)</u></b>

**7 Outros Créditos**

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Diversos:		
Adiantamentos e antecipações salariais	1.249	13.857
Devedores diversos (i)	<u>1.203.772</u>	<u>941.358</u>
	<b><u>1.205.021</u></b>	<b><u>955.215</u></b>

- (i) Refere-se em sua maioria a planos de saúde a receber dos cooperados, haja vista que a cooperativa possui convênio com a Unimed para efetuar vendas de planos de saúde aos cooperados.

**8 Investimentos**

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda.	<u>1.166.191</u>	<u>1.117.813</u>
	<b><u>1.166.191</u></b>	<b><u>1.117.813</u></b>

## 9 Imobilizado de uso e intangível

Descrição	Taxa anual de depreciação	30/06/2022			31/12/2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
<b>Imobilizado de uso</b>							
Instalações	10%	2.150.521	(1.109.791)	1.040.730	2.150.521	(942.420)	1.208.101
Móveis e equipamentos	De 10% a 20%	656.441	(218.885)	437.556	645.177	(186.638)	458.539
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	60.436	(11.838)	48.598	60.436	(8.816)	51.620
		<u>2.867.398</u>	<u>(1.340.514)</u>	<u>1.526.884</u>	<u>2.856.134</u>	<u>(1.137.874)</u>	<u>1.718.260</u>
<b>Intangível</b>							
Software	20%	4.935	(370)	4.565	4.935	(123)	4.812
		<u>2.872.333</u>	<u>(1.340.884)</u>	<u>1.531.449</u>	<u>2.861.069</u>	<u>(1.137.997)</u>	<u>1.723.072</u>

## 10 Depósitos

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Depósitos a prazo (i)	<u>1.551.702</u>	<u>1.747.498</u>
	<u>1.551.702</u>	<u>1.747.498</u>

- (ii) Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados. Em 30 de junho de 2022, foram registrados R\$ 68.155 (R\$ 20.435 em 30 de junho de 2021) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósito a prazo. Os depósitos estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução CMN nº 4.284/2013.

## 11 Outros Passivos

<b>Descrição</b>	<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	4.196	6.447
Sociais e estatutárias:		
Provisão para participação nos lucros	95.100	233.558
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	3.253.608	3.347.479
	<b>3.348.708</b>	<b>3.581.037</b>
Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições a recolher	<b>154.593</b>	<b>163.892</b>
Diversas:		
Cheques administrativos	4.634	14.898
Provisão para pagamentos a efetuar	309.452	184.100
Provisão para contingências	94.081	-
Credores diversos no País	241	2.071
	408.408	201.069
	<b>3.915.905</b>	<b>3.952.445</b>

- i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN

## 12 Passivos Contingentes

No desenvolvimento de suas operações a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas, que são discutidas nas esferas administrativa e judicial. A Cooperativa não possui processos que indicam perda provável ou possível em 30 de junho de 2022.

## 13 Patrimônio Líquido

### a. Capital Social

É representado pelas integralizações de 2.887 e 2.864 cooperados em 30 de junho de 2022 e de 2021, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes. No primeiro semestre de 2022, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 842.556 (R\$ 902.120 no primeiro semestre de 2021), e também ocorreram devoluções nestes períodos, no montante de R\$ 279.167 e R\$ 926.956, respectivamente.

O capital social é de R\$ 20.310.683 e de R\$ 19.077.417 em 30 de junho de 2022 e de 2021, respectivamente.

### b. Reservas para contingências

Tem como finalidade garantir a continuidade do funcionamento da Cooperativa em face de eventualidades ou desembolso monetário decorrentes do risco da intermediação dos convênios com planos de saúde e odontológicos e contratos com terceiros nos quais configurem a Cooperufpa como intermediária e que exponha a cooperativa a processos civis e administrativas. Tem como premissas salvaguardar os serviços prestados por esta cooperativa contra os riscos e despesas que sejam causados por falhas tecnológicas, humanas, naturais ou técnicas, que

possam resultar em ônus financeiros com impacto no patrimônio da Cooperativa, e que garantam a continuidade e operacionalização do sistema.

O Fundo de contingência será formado inicialmente com as sobras de 2020, conforme autorizado pela assembleia geral de 30/4/2021, bem como pela constituição mensal dos titulares, de R\$ 10,00 (dez reais) que tenham plano de saúde e R\$ 5,00 (cinco reais) para convênios odontológicos e demais convênios. O presente Fundo de contingência terá a duração de 15 (quinze) anos, contado da data da Assembleia Extraordinária de 30/4/2021.

### c. Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social da Cooperativa, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). As sobras acumuladas do exercício de 2020 foram destinadas para as reservas de lucros e distribuídas aos seus associados.

#### 14 Ingressos de Prestação de Serviços

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Rendas de tarifas	21	1.330
Outros serviços	1.397.153	2.084.983
	<b>1.397.174</b>	<b>2.086.313</b>

#### 15 Outros Ingressos Operacionais

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (nota 5d)	89.428	404.847
Recuperação de encargos e despesas	107.738	18.410
Reversão de provisão para operações de crédito	213.128	-
	<b>410.294</b>	<b>423.257</b>

#### 16 Dispêndios administrativos

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Outros	(597.002)	(716.668)
Tributários	(62.497)	(60.612)
Comunicações	(49.371)	(46.652)
Serviços técnicos especializados	(37.320)	(26.658)
Serviços do sistema financeiro	(27.294)	(41.329)
Material e manutenção	(20.748)	(12.619)
Processamento de dados	(18.000)	(18.000)
Seguros	(6.823)	(2.162)
Água, energia e gás	(3.549)	(2.816)
Transporte	(1.250)	(984)
	<b>(823.854)</b>	<b>(928.500)</b>

## 17 Dispêndios de pessoal e honorários

<b>Descrição</b>	<b>30/06/2022</b>	<b>30/06/2021</b>
Proventos	(874.733)	(733.974)
Honorários e cédulas de presença	(357.022)	(357.022)
Encargos sociais	(270.856)	(270.318)
Benefícios a empregados	(466)	(9.055)
	<b>(1.503.077)</b>	<b>(1.370.369)</b>

## 18 Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

<b>Descrição</b>	<b>30/06/2022</b>	<b>30/06/2021</b>
<b>Principais Saldos:</b>		
<b>Ativo</b>		
Operações de Crédito	806.438,00	467.752
<b>Passivo</b>		
Depósitos a Prazo	1.281.162,00	1.450.406
<b>Patrimônio Líquido</b>		
Capital Social	180.814,00	171.305
<b>Principais Operações:</b>		
Ingressos com operações de crédito	56.367,00	59.423
Dispêndio com captações	54.995,00	295.676
<b>Benefícios</b>		
Honorários	316.514,00	316.511
Cédulas de presença	40.511,00	40.511

## 19 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de Riscos

As cooperativas de crédito estão sujeitas a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. Afim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Cooperativa conta com uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implementação e visa assegurar a solidez e perenidade do Sistema. A Cooperativa considera que o gerenciamento de riscos é peça fundamental e estratégica para que seus objetivos sejam alcançados. A política de gerenciamento de riscos e de capital foi aprovada, de modo que seja compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das cooperativas associadas à Cooperativa. Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, o relatório completo da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa está disponível no site [www.credisis.com.br](http://www.credisis.com.br), no caminho "Sobre o CrediSIS/Gerenciamento de Riscos". De forma resumida, as estruturas de gerenciamento de riscos são:

**a Risco operacional**

O gerenciamento do risco operacional objetiva a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos associados as falhas, deficiências ou inadequações de processos, pessoas ou sistemas, aspectos legais ou regulatórios, resultantes de eventos internos ou externos.

**b Risco de crédito**

O gerenciamento de risco de crédito objetiva auxiliar nos processos de crédito visando maior qualidade da carteira de crédito, identificando, mensurando, avaliando, monitorando, reportando, controlando e mitigando o risco de crédito a fim de se antecipar às ocorrências de perdas ou possíveis perdas associadas ao não cumprimento pelos cooperados de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

**c Risco de liquidez**

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de liquidez mantendo a capacidade de liquidar seus compromissos esperados e inesperados, sem afetar as operações diárias e sem incorrer em perdas, preservando sempre pelo casamento entre os fluxos de pagamento e recebimento.

**d Risco de mercado**

O gerenciamento de risco de mercado tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o impacto da flutuação dos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Sistema CrediSIS em sua centralização financeira e de acordo com suas políticas.

**e Risco socioambiental**

O gerenciamento de risco socioambiental objetiva identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais causados pelas ações das cooperativas do Sistema CrediSIS, de seus cooperados, fornecedores e/ou prestadores de serviço.

**f Gestão de continuidade do negócio**

A Política de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é o documento que contempla diretrizes, orientações, princípios básicos e a estrutura necessária para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a ocorrência de eventuais perdas, interrupções de atividades críticas e eventos extraordinários, proporcionando a resposta adequada à recuperação e restauração dos processos críticos, assegurando assim a continuidade das atividades do Sistema CrediSIS.

**g Gerenciamento de capital**

O gerenciamento de capital, visando os objetivos estratégicos do Sistema CrediSIS, continuamente identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga as exposições aos riscos esperados e inesperados, assim como mantém os níveis de requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal.

RAQUEL HELENA DE SOUZA  
FERREIRA:22848991291  
91291

Assinado de forma digital  
por RAQUEL HELENA DE  
SOUZA  
FERREIRA:22848991291  
Dados: 2022.09.12  
11:31:22 -03'00'

---

**Raquel Helena de Souza Ferreira**

**Conselheira Presidente**

**CPF: 228.489.912-91**

---

**Rodrigo Cassiano dos Santos**

**Contador CRC: RO009276/O-4**

**CPF: 851.693.312-15**

\*\*\* fim \*\*\*